

# Republicanism in Angola: os “filhos do país” perante a Era Nova (1870-1912)

## Republicanism in Angola: the “children of the country” before the New Era (1870-1912)

AIDA FREUDENTHAL \*

RESUMO: O PRESENTE ENSAIO PRETENDE OBSERVAR ALGUNS ASPECTOS DO REPUBLICANISMO EM ANGOLA, ANALISANDO O MODO COMO UMA FRAÇÃO DAS ELITES URBANAS, DENOMINADAS “FILHOS DO PAÍS”, “ANGOLENSES” OU “NATIVOS”, APROPRIARAM-SE DE CONCEITOS POLÍTICOS EXÓGENOS COM O OBJETIVO DE TRANSFORMAR A REALIDADE SOCIAL ANGOLANA COMO FRUTO DE UMA DINÂMICA INTERNA. ESSE PROCESSO INICIOU-SE NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX, QUANDO AS INSTITUIÇÕES MONÁRQUICAS COMEÇARAM A SOFRER FORTES ATAQUES vindos DE SETORES VÁRIOS DA POPULAÇÃO. ENTRE AS COMPONENTES DESTE PROCESSO, DEPARAMO-NOS COM CONCEITOS POLÍTICOS ASSOCIADOS AO ILUMINISMO E À REVOLUÇÃO FRANCESA E SUA TRANSPOSIÇÃO PARA COLÔNIAS AMERICANAS E AFRICANAS, ONDE FORAM POSTERIORMENTE REFORMULADOS.

ABSTRACT: THIS ESSAY INTENDS TO PONDER ON SOME ASPECTS OF REPUBLICANISM IN ANGOLA, ANALYZING HOW A FRACTION OF THE URBAN ELITES, CALLED “THE CHILDREN OF THE COUNTRY”, “ANGOLANS” OR “NATIVE” HAVE APPROPRIATED EXOGENOUS POLITICAL CONCEPTS WITH THE GOAL OF TRANSFORMING THE ANGOLAN SOCIAL REALITY AS THE RESULT OF AN INTERNAL DYNAMIC. THIS PROCESS BEGAN IN THE SECOND HALF OF THE 19TH CENTURY, WHEN THE MONARCHICAL INSTITUTIONS BEGAN TO SUFFER STRONG ATTACKS COMING FROM VARIOUS SECTORS OF THE POPULATION. AMONG THE COMPONENTS OF THIS PROCESS, WE ARE FACED WITH POLITICAL CONCEPTS ASSOCIATED WITH THE ENLIGHTENMENT AND THE FRENCH REVOLUTION AND ITS TRANSPOSITION TO AMERICAN AND AFRICAN COLONIES, WHERE THEY WERE AFTERWARDS REDESIGNED.

PALAVRAS-CHAVE: REPUBLICANISMO – HISTÓRIA ANGOLANA – NATIVISMO ANGOLANO.

KEYWORDS: REPUBLICANISM – ANGOLAN HISTORY - ANGOLAN NATIVISM.

---

\* Centro de Literaturas e Cultura Lusófonas da Universidade de Lisboa.

## 1 A difusão dos princípios republicanos

As reflexões que seguem pretendem observar o Republicanismo “por dentro” analisando o seu conteúdo e a sua difusão entre e pelos “filhos do país”, como fruto de uma dinâmica interna. Focando apenas uma fracção das elites urbanas, designada de “filhos do país”, “angolenses” ou “nativos”, interessamos analisar o modo como essas elites se apropriaram de conceitos políticos exógenos com o objectivo de transformar a realidade social em Angola. Esse processo antecedeu obviamente o 5 de Outubro de 1910, pelo que iniciaremos este estudo na segunda metade do século XIX, quando as instituições monárquicas começaram a sofrer fortes ataques vindos de sectores vários da população.

Entre as componentes deste processo, deparamos com conceitos políticos associados ao Iluminismo e à Revolução Francesa e sua transposição para as colónias americanas, onde foram posteriormente reformulados. Esses conceitos viriam a inspirar ao longo do século XIX a independência do Haiti (1804), a fundação da Libéria (1821), as independências das colónias na América e particularmente a proclamação da República no Brasil em 1889 (ALMEIDA FILHO 2005), cujos ecos chegaram rapidamente a Angola.

Consideremos pois o “nativismo”, a “república” e a “independência”, conceitos frequentemente mencionados na documentação que analisámos. Em que contextos foram utilizados? Como foram difundidos na colónia de Angola? Desde meados do séc. XIX, são numerosos os indícios detetados na imprensa local para a leitura do quotidiano e a avaliação das decisões políticas (DIAS 1984 e 1998).

Ao abrigo da liberdade de imprensa decretada em 1834, a emissão de opiniões críticas alimentou de facto as páginas dos periódicos, permitindo debates enérgicos sobre distintas questões da vida na colónia. Nesse contexto, as elites africanas e afro-portuguesas alcançaram visibilidade crescente a partir da década de 70's, através de uma intervenção social e política não só na imprensa (LOPO 1964)<sup>1</sup> como através de associações cívicas com objectivos

1. Os primeiros periódicos editados por filhos do país foram *O Cruzeiro do Sul* (1873-76), *O Futuro de Angola* (1882), *O Farol do Povo* (1883), *O Arauto Africano* (1889), *Muen'exi* (1889), *O Desastre* (1889) e o *Kamba ria Ngola* (1891?).

culturais e assistenciais, de recreio e instrução. Desde então torna-se possível identificar tanto “filhos do país” como “reinois” intervindo publicamente em defesa da liberdade, igualdade, justiça, razão, progresso e instrução, em nome de direitos e valores universais (FREUDENTHAL 2000:568)<sup>2</sup>.

Se as circunstâncias sociais e políticas que condicionaram a formação dessas elites foram já profundamente analisadas por autores vários (DIAS 1984 e 1998, TORRES 1991, ANDRADE 1997, ALMEIDA 1999), as suas ligações ao Brasil permanecem ainda numa certa obscuridade. Por isso convém lembrar que após a independência brasileira, os laços económicos e culturais com Angola ainda que menos intensos não foram quebrados<sup>3</sup>. O tráfico de escravos com a costa brasileira prosseguiu embora com limitações até à década de 40, sendo praticamente eliminado após a extinção da escravatura no Brasil em 1888. O facto assegurou a persistência de interesses comerciais e de contatos regulares entre comerciantes nas duas margens atlânticas<sup>4</sup> e, em resultado das intensas e continuadas relações, foram seguidas atentamente em Angola as mudanças ocorridas no novo Brasil independente.

Não ficou por aqui a contaminação dos modelos políticos brasileiros. A República proclamada no país em 15.11.1889, e a partir da qual a corrente nativista ganhou expressão colectiva, tornou-se desde então um exemplo ainda mais presente ao reforçar as convicções políticas dos nativos/”filhos do país”, inspirando em Angola as opções separatistas mais radicais. (MARGARIDO 1980; ANDRADE 1997; GUIMARÃES 2006)<sup>5</sup>. Vários títulos de semanários revelam a intensa colaboração dos “filhos do país” em debates que mobilizavam um público alfabetizado ainda restrito mas interessado em debater os méritos da “*república*”.

2. Registam-se desde os anos 70, referências a pensadores e políticos, defensores das ideias liberais e republicanas (V. Hugo, Garibaldi, Alfieri, Washington, Tiradentes e T. Louverture) e a escritores portugueses (G. Junqueiro, Gomes Leal, Alexandre Herculano, Camilo C. Branco, Eça de Queirós, João de Deus, Ramalho Ortigão, etc).

3. Veja-se a tentativa de adesão de Benguela à Confederação Brasileira em 1823, a atestar uma coincidência de interesses económicos e políticos decorrentes das prioridades dos traficantes brasileiros e portugueses.

4. Para a emergente cultura da cana e fabrico do açúcar em Angola foram chamados mestres brasileiros. Dias 1998:448.

5. O Cruzeiro do Sul foi o primeiro periódico de Angola a declarar-se abertamente republicano (no 12 de 1.09.1873).

Um grupo de pressão decisivo para a propagação do republicanismo entre os angolenses e não apenas nos momentos eleitorais, foi comprovadamente a Maçonaria. Desde meados do séc. XIX várias evidências atestam a presença de maçons em Angola (MARQUES 1986 e 1996) não só brasileiros como franceses, italianos e portugueses. Não existem no entanto estudos sistemáticos sobre a questão em Angola. Contudo a partir da década de 80, ocorreu uma expansão notória da maçonaria portuguesa<sup>6</sup>, decorrente da presença de muitos degredados políticos, comerciantes, militares e funcionários. De facto foi notável o impulso dado à vida da colónia no sentido do reforço das instituições, na dinamização da vida política e cultural, no combate por um maior laicismo e republicanismo. Para tal, a sua ação foi desenvolvida no âmbito da instrução, do mutualismo, da defesa dos direitos humanos, da luta anti-esclavagista<sup>7</sup>, através da dinamização das associações comerciais e das câmaras municipais. As lojas maçónicas inicialmente compostas só por europeus viriam gradualmente a incluir alguns “filhos do país” desejosos de oportunidades e de ter voz ativa nos círculos políticos. A designação de “kuribeka” passou a significar a Maçonaria local, ou uma parte dela, em particular em Benguela.

Além de difusor do republicanismo, também o municipalismo proporcionou aos maçons africanos e portugueses oportunidades de intervenção pública a partir dos anos 80-90<sup>8</sup>, orientados pelos princípios maçónicos, no sentido de moralizar a administração e caminhar no sentido do progresso. Através dos grêmios e dos centros republicanos com forte intervenção de maçons, foram dinamizadas as campanhas eleitorais<sup>9</sup> onde os angolenses concorriam para o exercício de cargos na administração local. Se é certo que as opiniões políticas dividiam os “filhos de Angola” entre monárquicos e republicanos, na transição

6. A sua implantação ocorreu em especial nas cidades e vilas do litoral e do interior da colónia. Entre 1901 e 1916 surgiram 9 lojas e 11 triângulos predominantemente do rito escocês. *Anuários do GOL* para os anos de 1911-1914 in Marques 1986, vols. I e II

7. Ver “Denúncia da escravatura praticada em Angola” – manifesto assinado por 148 africanos em *A Voz d’ África*, 1.11.1912, no5, p.4.

8. Em 1888 foi constituída a 1ª Câmara Municipal republicana na Catumbela, seguindo-se a de Novo Redondo. Em 1896, a Câmara de Luanda era constituída por republicanos – A. Troni, Arsênio do Carpo e Francisco da Cruz - mas foi dissolvida pelo governador.

9. Esta questão necessita urgentemente de pesquisa histórica alargada aos vários municípios então existentes em Angola. Ver algumas informações a respeito em Freudenthal 2001: p. 433- 440.

para o século XX as vozes republicanas tornaram-se mais insistentes na afirmação de interesses distintos, demarcando-se do regime monárquico.

### A identidade republicana

A notável geração de 1890, constituída por publicistas, funcionários, comerciantes e proprietários, foi “educada no clima da propaganda republicana” (MARGARIDO 1980:333) e exprimiu as premissas do seu pensamento ao alimentar polémicas em torno da escravatura (convertida pela lei de 1874 em trabalho supostamente livre), do trabalho forçado, dos castigos corporais, da questão das terras e da questão do álcool. Simultaneamente os ideais da liberdade e da fraternidade “pareciam favorecer um entendimento racial, através da possibilidade de instalação dos instrumentos jurídicos que tornariam efetiva esta igualdade utópica” (MARGARIDO 1980:333). Ao longo de 1901, vários angolenses<sup>10</sup> sustentaram uma polémica na imprensa, expondo opiniões sobre o “ódio de raça”, e as vantagens da autonomia e do separatismo; defenderam a liberdade de imprensa e de associação, o direito de voto, a igualdade de oportunidades no acesso a cargos públicos e à instrução.

Simultaneamente estes homens vinham construindo o conceito de identidade angolense, enunciando fundamentos culturais divergentes daqueles que a hegemonia política portuguesa pretendia difundir e consolidar na colónia<sup>11</sup>. Essa consciência de uma outra pertença/identidade traduzia-se em F. Castelbranco no uso recorrente do “Nós” em oposição ao “Outro” (FERREIRA,

10. Citados em *Voz de Angola clamando no deserto*. Luanda 1901; 2a ed. Luanda 1984:28. Entre as vozes mais incisivas dessa geração, citem-se António J. do Nascimento (??-1902), José Fontes Pereira (1823-1891), Silvério Ferreira (1878-1915), Cordeiro da Mata (1857- 1894), Arcénio de Carpo (1854-1901), Arantes Braga (??-1885), C. Castro Francina (1845?- 1892?), Paixão Franco (c. 1869-1911), M. Santana e Palma (185? -1908), P. Felix Machado (187?-1908?), Inácio de Pinho, etc.

11. Ver Manuel Ferreira. “*Luz e Crença: an episode in angolan journalism*”. *Portuguese Studies*. Vol.I: p. 168-180. Edição do Department of Portuguese, King’s College. Londres 1985. Em linguagem predominantemente metafórica, os dois volumes de *Luz e Crença* publicados em 1902-1903 por P. Paixão Franco, veicularam as esperanças dos seus colaboradores “na independência nacional” ou pelo menos, “na emancipação, autonomia, separatismo e republicanismo”, ainda sob a evocação respeitosa de Fontes Pereira, falecido em 1891. Ver Dias, J. “Uma questão de identidade”... *RIEA*, Lisboa, 1, 1984.

1985)<sup>12</sup>. A sua condição de “nativos” vinha sendo clarificada/reafirmada por oposição aos de “mar em fora”, fossem monárquicos ou republicanos.

A Liberdade e com ela a República perfilavam-se no horizonte de esperança destes angolenses, usando por precaução algumas metáforas: “Queremos luz, muita luz porque onde não há luz não há actos...queremos luz a jorros. Luz para admirar a porta triunfal que abre para a oficina. Luz para ver os antros onde se acoutam os tigres sociais. Luz para trilhar a larga estrada que rompe para o futuro” (FERREIRA 1985:3)<sup>13</sup>. Era esta a expressão inequívoca do percurso de um iniciado que abandonava as Trevas para aceder à Razão, um dos fundamentos da Maçonaria.

Numa adesão fervorosa aos ideais iluministas e por extensão aos princípios maçónicos, em particular pelo acesso ao conhecimento – as “Luzes” – era feito um apelo “aos nossos irmãos e maridos para educarem e iniciarem as mulheres no movimento”<sup>14</sup>. Apesar de a Maçonaria oitocentista não admitir no seu seio mulheres, foi este apelo de um angolense o despertar histórico para a necessidade da participação política e social da mulher, na esteira dos ideais republicanos defendidos simultaneamente no Brasil, em Portugal e em outros países europeus e americanos.

A par da Liberdade e da República, o conceito de Independência começava então a ser associado à conquista de direitos dos cidadãos africanos, convocando exemplos anteriores. Apesar dos bloqueios impostos pela ordem colonial, os angolenses acreditavam que “a época de emancipação da colónia...é inevitável por mais artimanhas políticas que possam inventar...pois ninguém tinha pensado que os haitianos, raça negra, lutando a favor da sua independência, haviam de sacudir o jugo francês” (p. 28). O caso da Libéria de formação mais recente era citado também como um caso exemplar que sustentava as esperanças dos políticos angolenses. “As duas repúblicas, a de Haiti e da Libéria, compostas de negros, têm-se governado com leis sábias...” (VOZ DE ANGOLA 1984:37).

Já por volta de 1846, Pompeu do Carpo, na sua *Memória sobre Angola*, refere que recebera uma carta de Luanda onde se escrevia: “viva a independência

12. F. Castelbranco, “Nós” *Luz e Crença*, 2:53. 1902.

13. *Luz e Crença*, 1:3. 1902.

14. Retrato à pena, *Luz e Crença* 2: p. 49. 1902

africana ocidental...” como um eco vindo de Ambaca, Massangano, Muxima e Dembos. Aqui constava que os “pretos dizem “Viva a Pendenza” (GUILMARÃES 2006:270-271) numa expectativa provavelmente

associada à abolição do tráfico e ao fim próximo da escravatura. Quarenta anos depois (1887) o aguerrido publicista José Fontes Pereira reafirmava que “a prosperidade da colónia só principia quando constituída nação independente” (FUTURO DE ANGOLA 1887)<sup>15</sup>.

## 2. Partidos republicanos e as eleições de 1911

Coloquemos algumas questões quanto à adesão ao 5 de Outubro em Angola? Que expectativas trouxe o republicanismo ao nível do debate ideológico? E que expectativas foram frustradas? Que conquistas sociais proporcionou?

A constituição de partidos republicanos locais, o Partido Reformista de Angola e o Partido Republicano Colonial, bem como a divulgação dos respectivos programas através dos seus jornais – *A Reforma* e *A Voz de Angola* – se reflectem por um lado correntes do republicanismo português, ampliam por outro fracturas internas pré-existentes na sociedade colonial: Luanda/Benguela, interesses conservadores/reformistas, lutas pelo poder local, centralização/descentralização, etc.

A intervenção cívica sustentada pelo associativismo<sup>16</sup> dos “filhos do país” de Benguela, de Luanda, de Malanje e de pequenas vilas do interior, criou redes de informação através de correspondentes dos jornais que ampliaram desse modo o protesto cívico. Contudo esse associativismo reflectia ainda clivagens sociais e raciais que impediram a constituição de uma frente unitária capaz de propor candidatos e concorrer às eleições de 1911, disputadas entre o PRA<sup>17</sup> e o PRC. Nas listas foi registada uma participação maioritária de europeus enquanto os “filhos do país” aderiram em pequeno número. Os eleitores que compareceram às mesas de voto rondaram as 3.400 pessoas, distribuídas por três círculos eleitorais (56o, 57o e 58o) correspondendo aos três distritos de Luanda, Benguela e

15. *Futuro de Angola*, no 79 de 15.09.1887.

16. O Grémio Africano em 1907 e a Liga Angolana em 1912 congregaram os angolenses mais activos.

17. “O PRA nasceu da Maçonaria...e há no Grande Oriente Lusitano em Lisboa, documentos que provam irrefutavelmente o seu espírito republicano”. Freudenthal 1988:22.

Moçâmedes (FREUDENTHAL 1988:47-48)<sup>18</sup>. É claro que a fraca mobilização dos eleitores foi reveladora do cepticismo, da desconfiança e mesmo da indiferença tanto de africanos como de europeus. Apesar de a maioria negra – os indígenas - não ter direito de voto, isso não impediu a instrumentalização pontual do voto de serviçais<sup>19</sup> (FREUDENTHAL 1988:50-51) perante a ausência de fiscalização das mesas de voto. Também muitos funcionários foram pressionados pelos superiores hierárquicos, pelos partidos e por caciques locais. Aconteceram denúncias de fraudes eleitorais, as “chapeladas” na gíria portuguesa e localmente designadas por “ambacadas”.

### 3. Da “joia da Coroa” à “joia da República”

Apesar dos obstáculos ao exercício dos direitos e das debilidades do novo regime, alguns avanços históricos foram possíveis. Embora predominasse “a política de compadrio e do campanário” e persistissem “os vícios de governação: marasmo, intolerância, empregomania, anarquia nos serviços” (FREUDENTHAL 1988:52-53), o ímpeto da propaganda republicana na defesa dos interesses dos cidadãos angolenses, animou a acção política em Angola até aos anos 20.

Simultaneamente, o aprofundar da consciência política traduziu-se não apenas na persistente intervenção na imprensa livre, como na apresentação de petições ao governo republicano (FREUDENTHAL 2000:567)<sup>20</sup>. Em nome da República e da Era Nova por ela anunciada, muitos angolenses congregaram-se em torno dos seus interesses e aspirações, ousando debater o seu posicionamento perante o domínio colonial. Através de uma fiscalização mais intensa, foram denunciadas pelos “filhos do país”, combatidas e parcialmente eliminadas pela administração, práticas de escravatura interna que

18. Recorde-se que a população total da colónia seria em 1912 aproximadamente de 4.500.000, dos quais c. de 20.000 eram brancos e mestiços. Freudenthal 2001:309.

19. Importa relembrar as denúncias de fraudes com serviçais das fazendas, publicadas nos jornais angolenses, nomeadamente pelo Partido Reformista de Angola, através de A Reforma.

20. A mais relevante foi a “Mensagem dos filhos de Angola”, assinada em 19.11.1911 por 157 angolenses que expunham os males que affigiam a colónia e exigiam a sua reparação. O documento foi entregue pelos signatários ao 1o governador nomeado pela República, o tenente Manuel Maria Coelho, degredado político em Angola pela sua participação na revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891.

subsistiam desde o século XIX (NETO 2010:208-212)<sup>21</sup>, apesar de a Coroa portuguesa ter proibido o tráfico atlântico em 1836 e de os libertos terem sido declarados livres após 1878.

A prática política republicana em breve se revelou contraditória ora incentivando ora reprimindo o processo de autonomia tão esperado e anunciado euforicamente por alguns angolenses (ANDRADE 1997:104-106)<sup>22</sup>. como sendo o culminar das suas esperanças na Era Nova. Na verdade a propaganda republicana revelar-se-ia equívoca. Foi a mesma República que, pela mão de uma figura grada da Maçonaria portuguesa, o governador Norton de Matos, concedeu em 1912 direitos de cidadania aos nativos angolenses, entre os quais o direito de associação e de livre expressão. Seria contudo medida de pouca duração.

Aprovadas e mais tarde encerradas, associações como a *Liga Angolana* viram limitados os direitos e benefícios que as mesmas proporcionavam aos seus membros na educação, nos cuidados sociais, na preservação de valores culturais, etc. Foram encerrados ou suspensos jornais – *O Angolense* e *A Verdade* – impondo fortes restrições à expressão de denúncias e de protestos dos “filhos do país” contra abusos e prepotências das autoridades. Foram presos, processados judicialmente e transferidos para outros distritos, activistas republicanos acusados de incentivar revoltas e de apoiar uma associação de “mata brancos”<sup>23</sup>.

Enquanto isso, os meandros da prática política demonstraram a falência parcial do projecto republicano, ao inviabilizar o entendimento entre as partes. A fraca participação dos “filhos do país” nos partidos republicanos e nas eleições denunciava preocupações e prioridades distintas: enquanto os angolenses exigiam o respeito pelos seus direitos essenciais, e esperavam concretizar projectos mais ambiciosos na Era Nova, os colonos reivindicavam a autonomia perante a “metrópole”, sendo a sua “tónica dominante” o discurso da continuidade do império. Predominou entre os republicanos portugueses a

21. Persistiam ainda nas vésperas da República, várias práticas escravagistas como demonstra a autora do artigo.

22. Entre outros A. J. Miranda (1864-1926), editor do jornal *Era Nova*, publicado em Malanje entre 1912-1914 e colaborador de vários jornais locais; F. R. Castelbranco, Assis Jr. e Custódio Bento de Azevedo; Narciso do Espírito Santo, director do jornal *A Verdade*.

23. Em 1914, A.J. Miranda foi transferido de Malanje para Cabinda. Em 1916-17 e em 1922 foram acusados Assis Jr, Manuel dos Santos Vandunem e Narciso do Espírito Santo de conspirarem contra a República.

visão de uma Angola como “fracção ou prolongamento da Pátria” e “a glória e o mercado de Portugal” (A REFORMA 1911, no1).

Angola virou a “joia da República”. Como reflexo das mudanças políticas ocorridas em Portugal, nas duas últimas décadas do século XIX, aumentou a colonização europeia e com ela o número de exilados políticos e degredados. Prosseguiram as campanhas de ocupação na colónia - no Congo, na Lunda e no Kunene - e em particular contra as pretensões alemãs no quadro da 1ª Grande Guerra.

Seguiu-se a implantação da administração civil como instrumento de dominação colonial que consolidou um sistema de controle da mão de obra. Ao abrigo do novo Estatuto dos Indígenas elaborado durante a Monarquia e aprovado pela República em 1911, foi legitimada a exportação de serviços para S. Tomé bem como o emprego forçado de serviços nas unidades de produção. As práticas discriminatórias persistiram em condições brutais de exploração prenunciando o Acto Colonial, tendo concomitantemente acentuado o processo de marginalização dos “filhos do país”, já iniciado durante a Monarquia (RODRIGUES 1993).

O balanço da República não se afigura substancialmente positivo, pelo menos no estado actual da investigação. Há contudo um longo caminho a percorrer na crítica das fontes já disponíveis e na pesquisa de fontes ainda inéditas, sobretudo na imprensa angolana da época.

## Referências bibliográficas

- ALEXANDRE, Valentim. *Velho Brasil, Novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto, Afrontamento 2000:83-140.
- ALMEIDA FILHO, J.C. *O Ensino Jurídico, a Elite dos Bachareis e a Maçonaria do século XIX*. Rio de Janeiro, Universidade Gama Filho, 2005. [www.ebooksbrasil.org](http://www.ebooksbrasil.org)
- ALMEIDA, Luisa – Nativos *versus* gentios. III *Reunião Internacional de História de África*, Lisboa IICT 1999.
- ANDRADE, Mário de. *Origens do nacionalismo africano...1911-1961*. Lisboa, Dom Quixote 1997.
- DIAS, J. Uma questão de identidade: respostas intelectuais às transformações económicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930. in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Lisboa: 1, 1984:61-94.

- DIAS, J. Angola, in J. Dias & V. Alexandre (eds) *O Império Africano 1825- 1890*. Lisboa, Estampa 1998, cap. 6:319-556.
- FERREIRA, Manuel. “*Luç e Crença: an episode in angolan journalism*”. *Portuguese Studies*. Vol.I: p. 168-180. Edição do Department of Portuguese, King’s College. Londres 1985.
- FREUDENTHAL, Aida. Angola, in Oliveira Marques (coord.), *O Império Africano 1890-1930*. Lisboa Estampa 2001, cap.4: 259-467.
- FREUDENTHAL, Aida. A Utopia Angolense 1880-1915, in *A África e a instalação do sistema colonial*, Lisboa IICT 2000: 561-572.
- FREUDENTHAL “Um Partido Colonial. O Partido Reformista de Angola 1910-12”. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Lisboa, 8-9, 1988:13- 57.
- GUIMARÃES, J.M. *A difusão do nativismo em África. Cabo Verde e Angola. Sécs. XIX e XX*. Lisboa, África Debate 2006.
- LOPO, J. Castro, *Jornalismo de Angola: subsídios para a sua história*. Luanda CITA, 1964.
- MARGARIDO, Alfredo. *Estudos sobre literaturas das nações africanas*, Lisboa, Regra do Jogo 1980.
- MARQUES, A.H. Oliveira. *Dicionário da Maçonaria Portuguesa*, I vol. Lisboa Delta 1986;
- MARQUES, A.H. Oliveira. *História da Maçonaria em Portugal*. Lisboa, Presença 1996, 3 vol.
- NETO, M. C. “A República no seu estado colonial: combater a escravatura, estabelecer o “indigenato””. *Ler História*. no59, 2010, pp. 205-225.
- RODRIGUES, M. EUGÉNIA. “As associações de nativos em Angola”. Comunicação ao Encontro *O Quotidiano na História Portuguesa*. Lisboa UNL 1993.
- TORRES, Adelino. *O Império Português entre o Real e o Imaginário*. Lisboa Escher 1991.
- VÁRIOS AUTORES. *Voz de Angola, clamando no deserto*. Lisboa 1901; 2a ed. Luanda UEA 1984.